Processo nº: 0269621-10.2014.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: Trata-se de ação civil pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face de EXPRESSO PÉGASO LTDA. e CONSÓRCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES., nos termos da petição inicial de fls. 02/11, acompanhada do Inquérito Civil PJDC 1000/2012. Alega o Autor a prestação inadequada do serviço público de transporte relativo à Linha 821 (Corcundinha x Campo Grande, via Capoeiras), em razão de estarem tais coletivos sem a devida manutenção, o que se verifica pelas infrações constatadas em fiscalização da Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (SMTR), às fls. 14/38 e 177/87 do Inquérito Civil. Dentre essas irregularidades, encontram-se: piso derrapante, luminárias queimadas, porta traseira danificada, inoperância das luzes de freio e ré, vidro da porta quebrado, inoperâncias do limpador do vidro para-brisa, cordão da cigarra partido, ausência do cordão da cigarra, vistas lateral e traseira sem informações gráficas. Narra que, com a constatação da falha na prestação do serviço, propôs a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por mais de uma vez, no afã de evitar o ajuizamento de processo judicial, porém, sem sucesso. Nessas ocasiões, as Rés informaram que as irregularidades eram pontuais e imediatamente sanadas. Diante das respostas, o Autor afirma que decidiu realizar inspeção técnica especializada, por meio da Gerência de Apoio Operacional do Ministério Público, o que levou à conclusão de que vários coletivos não apresentavam condições de trafegabilidade. Igualmente, por meio do Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça (GAP), procedeu a inspeções, dirigindo-se ao ponto final da Linha 821, e também constatou a gravidade dos problemas relacionados à má conservação dos veículos. Acrescenta o Autor que o PROCON-RJ enviou ao Ministério Público diversos autos de infração emitidos em face das Rés. Embora tenham elas respondido administrativamente e reiterado o argumento de regularidade do serviço prestado, com a juntada de fotografias demonstrando o bom estado da frota, tais imagens vão de encontro à situação deparada pelo GAP e pela SMTR. Aduz o Demandante, portanto, que o usuário tem direito básico à prestação adequada e eficaz dos serviços públicos, tendo em vista o previsto no artigo 6º, incisos I e X e §1º, bem como no artigo 22, todos do Código de Defesa do Consumidor. Ao fim, pede a este Juízo: 1) o deferimento de liminar para que as Rés prestem o serviço adequadamente, abstendo-se de pôr em circulação coletivos em mau estado de conservação, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); 2) a ratificação da liminar em tutela definitiva; 3) a condenação genérica das Rés ao pagamento de danos morais aos consumidores; 4) a condenação das Rés ao pagamento de danos morais coletivos; 5) a condenação ao pagamento de ônus sucumbenciais.. Decisão que defere a liminar requerida às fls. 13/16, em face da qual foram opostos embargos de declaração (fls. 23/26 e 67/72), rejeitados, bem como agravo de instrumento (fls. 302/316), desprovido por acórdão de fls. 349/355. Informações prestadas pela Coordenadoria de Controle Operacional da Subsecretaria de Concessões às fls. 79/89. Regularmente citadas, as Rés ofereceram contestação, fls. 93/113, seguida dos documentos de fls. 114/300. Suscitaram, em preliminar, a ilegitimidade passiva ad causam da 2ª Demandada. No mérito, alegaram: (i) a ausência de solidariedade da 2ª Ré, em razão de não ter ingerência sobre o serviço prestado pela 1ª Ré; (ii) a regular operação da Linha 821, com a manutenção periódica dos veículos; (iii) a inadequação do pedido de indenização por danos morais em sede de ação civil pública. O Autor manifestou-se sobre a contestação às fls. 325/333, conforme facultado pelo Código de Processo Civil, artigo 351. O Autor apresentou documentos comprobatórios do descumprimento da liminar às fls. 334/340 e 379/385. Pugna pela incidência da multa fixada na decisão liminar, com o bloqueio de verbas das Rés, por meio do sistema de penhora online (fls. 376/377). EIS O RELATÓRIO. DECIDO. A matéria objeto da presente demanda é de direito e de fato, já estando nos autos as provas necessárias ao julgamento, que se dá na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil. De logo, cumpre-me afastar a preliminar ilegitimidade passiva ad causam, porquanto, em homenagem à Teoria da Asserção, as condições de ação devem ser verificadas em abstrato. Em princípio, portanto, as assertivas do Demandante são consideradas verdadeiras, podendo a análise do direito material eventualmente direcionar o julgador ao entendimento contrário. Uma vez que a 2ª Ré está presente na relação jurídica de direito material e, por conseguinte, intrinsecamente vinculada ao mérito, não haveria razão para, previamente ao exame deste, considerá-la parte ilegítima. Desse modo, REJEITO A PRELIMINAR invocada. No mérito, importa destacar, de início, que, haja vista caracterizar-se como relação de consumo o vínculo entre as concessionárias Rés e seus usuários, aplicam-se ao caso as normas constantes da Lei nº 8.078/1990 (CDC), cuja observância é obrigatória. Assim sendo, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, sobretudo do que dispõe o art. 22, exige-se do fornecedor que preste adequadamente o serviço público, em conformidade com a oferta e com o modo prometido ao consumidor, ainda que implicitamente, quando acordada a prestação. Além das normas consumeristas, por consistirem as Rés em concessionárias de serviço público, estão sujeitas às regras da Lei 8.927/95. O art. 6º, §1º desse diploma legal também aponta a necessidade de prestação de serviço adequado ao atendimento dos usuários, o que corresponde a perfeitas condições de regularidade, continuidade, eficiência e segurança. Ora, se a concessionária não detém ônibus em bom estado de conservação, é inapta a garantir aos consumidores uma locomoção segura e confortável, falha gravemente na prestação do serviço. Há de se destacar que os Réus tratam diretamente com vidas humanas, o que torna inconcebível o descaso com que prestam o serviço concedido a eles pelo Poder Público. Nesse sentido, cabe destacar que as infrações e a baixa qualidade do serviço ficaram provadas nos autos do Inquérito Civil, tanto pelas fiscalizações empreendidas pela Secretaria Municipal de Transporte (fls. 14/38 e 177/187), quanto pelo relatório emitido pelo Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça (fls.

57/78). Ademais, nova fiscalização realizada quando já em curso o presente processo, apresentada às fls. 80/89, demonstra, além da reiterada falta de conservação dos coletivos, que a concessionária circulava com frota operacional aquém da permitida. A ausência de número necessário de ônibus em circulação acarreta os mais diversos empecilhos diariamente na vida daqueles que contam diariamente com o transporte público, como superlotações e atrasos. Ressalte-se ainda que muitas pessoas usam exclusivamente o transporte público para locomoção pela cidade. Como a própria legislação municipal impõe o número de veículos que a concessionária deve conter em sua frota (art. 17, I do Decreto nº 36.343/2012), as Rés infringem, além das normas consumeristas e de concessão de serviços públicos, os decretos regulamentares específicos da atividade. Além disso, a solidariedade entre as Rés se impõe. Isso porque, embora a regra do art. 278, §1º da Lei nº 6.404/76 estabeleça que, nos consórcios, a solidariedade não se presume, tem-se que, no presente casos, é impositiva a aplicação das leis específicas. Assim, uma vez que a obrigação das consorciadas decorre de relação de consumo e relaciona-se ao objeto do consórcio, este responderá solidariamente, em razão do disposto no art. 28, §3º do CDC. Dessa forma, além da solidariedade prevista no art. 33, Lei nº 8.666/93 e no art. 19, §2º, Lei 8.987/95, concernentes apenas à execução do contrato perante o poder concedente/Administração Pública, o Código de Defesa do Consumidor prevê a solidariedade das sociedades consorciadas vencedoras da licitação em relação aos usuários do serviço prestado. Assim, a 2ª Ré, conquanto não tenha ingerência direta sobre a execução do serviço de transporte da Linha 821 (Corcundinha x Campo Grande, via Capoeiras), objeto do atual pleito, deve zelar pela correta prestação dos serviços de todas as sociedades adjudicadas ao consórcio, entre elas a 1ª Ré. Logo, em decorrência de solidariedade legal, a 2ª Demandada também se torna responsável pela prestação irregular e inadequada do serviço concedido. Na linha do entendimento supra exposto se posiciona o Colendo Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, consoante se depreende pelos seguintes julgados: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONSÓRCIO PÚBLICO LEGITIMIDADE DA EMPRESA LÍDER DO CONSÓRCIO PÚBLICO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. I - Ação civil pública manejada com o escopo de compelir os réus a prestarem serviço de transporte coletivo por ônibus, de forma adequada e eficiente, em relação a linha 786 (Marechal Hermes x Campo Grande). II - Legitimidade do réu Expresso Pegaso Ltda. (líder do Consórcio Santa Cruz de Transporte). A contratação de empresas sob regime de consórcio para a prestação de serviço público, sujeita-se as normas da Lei nº 8666/93, que traz a regra da solidariedade entre as consorciadas, nos termos do art. 33, V. A empresa líder do consórcio tem o dever de zelar pela correta e adequada prestação do serviço público (art. 33, II, da Lei nº 8666/93), razão pela qual entender que não possui responsabilidade por eventuais falhas encontradas na execução do contrato é esvaziar por completo a figura do líder do consórcio. Solidariedade reforçada com base no disposto no art. 28, §3º, da Lei nº 8078/90, a importar na legitimidade passiva da ora apelante. II - Prova constante dos autos evidenciadora da presença de falha na prestação do serviço. Descumprimento das regras dos arts. 6º, X e 22, do Código de Defesa do Consumidor, arts. 6º, §1º, 7º, I, 31, I e VII, da Lei nº 8987/95. Procedência do pedido. Sentença confirmada. III - Recurso conhecido e desprovido. (TJRJ - APELAÇÃO 0449210-30.2012.8.19.0001 - DES. RICARDO COUTO - Julgamento: 23/09/2015 - SÉTIMA CÂMARA CÍVEL) A GRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA EM FACE DE EMPRESA DE ÔNIBUS E DO CONSÓRCIO QUE OPERA NA ÁREA. DESISTÊNCIA DA AÇÃO EM FACE DA EMPRESA QUE OPERA A LINHA CUJO SERVIÇO ESTÁ SENDO QUESTIONADO, ANTES DE SUA CITAÇÃO, SEM OITIVA DO SEGUNDO RÉU, QUE JÁ INGRESSARA NOS AUTOS. DESNECESSIDADE DE SUA CONCORDÂNCIA. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. EXISTÊNCIA DE SOLIDARIEDADE ENTRE AS RÉS EM RAZÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO FIRMADO COM O PODER PÚBLICO. RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJRJ - AGRAVO DE INSTRUMENTO 0071681-06.2015.8.19.0000 - JDS.DES.LUIZ ROBERTO AYOUB - Julgamento: 04/02/2016 - VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR) No que tange à tese da 2ª ré sobre a inadequação do pedido de dano moral coletivo, também não deve esta ser acolhida, porquanto tal possibilidade encontra-se prevista no art. 6º, VI e VII do CDC, bem como no art. 1º, II da Lei nº 7.347/85. Na esteira desse entendimento orientam-se os julgados do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no aresto a seguir colacionado: RECURSO ESPECIAL - DANO MORAL COLETIVO - CABIMENTO - ARTIGO 6º, VI, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - REQUISITOS - RAZOÁVEL SIGNIFICÂNCIA E REPULSA SOCIAL - OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE - CONSUMIDORES COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO - EXIGÊNCIA DE SUBIRLANÇES DE ESCADAS PARA A TENDIMENTO - MEDIDA DESPROPORCIONAL E DESGASTANTE - INDENIZAÇÃO - FIXAÇÃO PROPORCIONAL - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - A dicção do artigo 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor é clara ao possibilitar o cabimento de indenização por danos morais aos consumidores, tanto de ordem individual quanto coletivamente. II - Todavia, não é qualquer atentado aos interesses dos consumidores que pode acarretar dano moral difuso. É preciso que o fato transgressor seja de razoável significância e desborde os limites da tolerabilidade. Ele deve ser grave o suficiente para produzir verdadeiros sofrimentos, intranquilidade social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva. Ocorrência, na espécie. III - Não é razoável submeter aqueles que já possuem dificuldades de locomoção, seja pela idade, seja por deficiência física, ou por causa transitória, à situação desgastante de subir lances de escadas, exatos 23 degraus, em agência bancária que possui plena capacidade e condições de propiciar melhor forma de atendimento atais consumidores. IV - Indenização moral coletiva fixada de forma proporcional e razoável ao dano, no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). V - Impõe-se reconhecer que não se admite recurso especial pela alínea c quando ausente a demonstração, pelo recorrente, das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados. VI - Recurso especial improvido. (STJ - REsp 1221756/RJ, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de

Julgamento: 02/02/2012, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/02/2012) Os danos morais coletivos surgem com a violação de direitos da personalidade relacionados a direitos coletivos ou individuais homogêneos. Tais danos, portanto, ultrapassam a esfera individual para produzir efeitos na sociedade em geral. No caso em tela, não há como negar a existência dos danos morais coletivos, uma vez que as irregularidades constatadas ocasionam prejuízos e intranquilidade aos usuários, os quais podem ser exemplificados por demoras excessivas, superlotações e acidentes. A conduta das Rés, destarte, acarreta danos aos usuários que ultrapassam a esfera patrimonial, pois causam verdadeira lesão à dignidade dos consumidores, obrigados a arriscar a vida diariamente em razão de a eles ser imposto transporte público em péssimo estado de conservação. Portanto, levando-se em consideração a prestação de serviço inadequado, nos termos dos arts. 20, §2º, c/c 21 c/c 22, todos do Código de Defesa do Consumidor, exsurge o dever de indenizar pelos danos morais coletivos. Com vistas a reparar o dano de forma mais completa possível, entendo deva este ser fixado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ante o exposto, ratifico a antecipação da tutela concedida, JULGANDO PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, para: a) DETERMINAR que as Rés prestem o serviço de transporte público, referente à Linha 821 (Corcundinha x Campo Grande, via Capoeiras), adequadamente, bem como se abstenham de pôr em circulação coletivos em mau estado de conservação, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por infração apurada; b) CONDENAR as Rés, solidariamente, ao pagamento do montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a título de dano moral coletivo, a ser revertido em favor do Fundo de Direitos Difusos, previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/85, corrigido monetariamente a contar desta publicação (Súmula 362, STJ) e acrescido de juros de mora a partir da citação. c) CONDENAR as Rés, solidariamente, ao pagamento de danos morais causados aos consumidores individualmente considerados, devendo a liquidação e o cumprimento da presente sentença se dar nos termos dos artigos 97 e 98, ambos da Lei 8.078/90, após ter o cartório expedido, a requerimento, a carta de sentença. DEIXO DE CONDENAR as Rés ao pagamento de honorários advocatícios, à luz da interpretação sistemática do ordenamento e da simetria de tratamento em relação ao Parquet, sobre o qual descabe a condenação de ônus de sucumbência, na forma do art. 18 da Lei nº 7.347/85. Transitado em julgado e sem requerimentos no prazo de 60 dias, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.